

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Ana Hofling Camargo" <ana.camargo@copaboinfra.com.br>
Para: "APPA EQUIPE DE PREGÃO" <pregaoeletronico@appa.pr.gov.br>
Com Cópia: "Juliana Andre" <juliana.andre@copaboinfra.com.br>
Data: 10/04/2025 10:14 (01:14 horas atrás)
Assunto: RECURSO | PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2024 | OBJETO: REALIZAÇÃO DE ENSAIOS E CERTIFICAÇÃO DE CAPACIDADE DE CARGA DOS CABEÇOS
Anexos: image001.png (83.97 KB)
Recurso APPA - Copabo Infra.pdf (504.48 KB)

À

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

REF.: Recurso ao Pregão eletrônico nº 151/2024 – Objeto: Realização de ensaios e certificação de capacidade de carga dos cabeços

Prezado Sr. Pregoeiro, bom dia!

Segue anexo recurso referente ao edital supracitado.

Solicitamos a confirmação de recebimento.

Atenciosamente,



ANA CRISTINA CAMARGO
Administrativo

☎ 55 11 3741.1335

✉ ana.camargo@copaboinfra.com.br

www.copaboinfra.com.br





ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA – APPA.

**Processo Administrativo Pregão Eletrônico N° 151/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
SAP N° 1000000151**

COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.406.691/0001-53, com sede na Avenida Visconde de São Leopoldo, nº 662, Centro, CEP 11010-200, neste ato representada por seu representante legal, vem respeitosa e tempestivamente apresentar **Recurso administrativo**, em face do resultado de declaração de Vencedor da Empresa BOWLINE MARINE & CARGO CONSULTANTS LTDA. **(ora Recorrida)**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.061.157/0001-40.

O recurso encontra motivação face a **declaração de vencedor no dia 07 de abril de 2025**, veiculada no site de hospedagem www.comprasparana.pr.gov.br, validando os requisitos de habilitação técnica, econômico financeira, jurídica, fiscal e demais documentos da Empresa BOWLINE MARINE & CARGO CONSULTANTS LTDA., com a devida vênia, pelas razões ora aduzidas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A manifestação em comento é tempestiva conforme Item 13.3 do Edital 151-2024 – APPA, sendo que os recursos, razões e contrarrazões deverão, preferencialmente, ser cadastrados no campo próprio do site www.comprasparana.pr.gov.br, podendo ainda, ser enviados via e-mail, para o endereço pregaoeletronico@appa.pr.gov.



Neste sentido, nos termos do edital, consignamos a intenção de interposição de recurso tempestivamente, vez que a publicação de classificação se deu em 07 de abril de 2025 e, dentro do prazo de 24 horas, a Copabo, ora Recorrente, apresentou sua manifestação, nos termos a seguir apresentados:

Histórico de recurso			
Data/Hora	Emitente	Descrição	Ação
07/04/2025 12:27:15	COPABO INFRA-ESTRUTURA MARITIMA LTDA.	Manifestamos a intenção de recurso, razões serão protocoladas em 03 dias úteis, fundamentados em flagrantes erros materiais na documentação técnica e habilitação, bem como violação da legislação ref. a conduta da proponente supostamente classificada.	
Mostrando de 1 até 1 de 1 registros			

Consigna o Edital, por sua vez, que a manifestação de interposição de recurso se dá no prazo de 03 (três) dias úteis, *contados a partir de sua manifestação de interesse na interposição de recurso para apresentação das razões.*

Sendo assim, tendo em vista que **a presente manifestação é apresentada em 10/04/2025, por intermédio de registro no campo próprio do site www.comprasparana.pr.gov.br e endereçadas, em igual data, para o endereço – pregaoeletronico@appa.pr.gov.br.**

2. DOS FATOS

Referido certame, aberto no ano de 2024, tem por objeto a aquisição, por sistema de ata de registro de preços, de serviços de ensaios e certificação de capacidade de carga dos cabeços de amarração sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina por um período de 12 meses.

2.1. Da Relevância Técnica dos Atestados

Dada a relevância no quesito segurança operacional, a APPA determinou que estes serviços **não sejam enquadrados como serviços comuns**. Assim, é possível, neste contexto, afirmar que tais serviços envolvem maior complexidade técnica, sendo materialmente relevante a **avaliação da capacidade técnica dos proponentes**.

Em tal condição, a análise de capacidade técnica passa a ser de extrema relevância para a definição do proponente vencedor, sendo ressaltado no edital como critério **desclassificatório**.

Importante ressaltar que a amarração de navios é considerada uma atividade de alto risco à vida humana, uma vez que envolvem grandes tensões nas espigas e cabeços, além de serem realizadas manualmente por pessoas. Infelizmente, não é incomum acidentes e incidentes envolvendo espigas e cabeços de amarração dentro de ambiente portuário, reforçando o entendimento de que a CONTRATADA deverá possuir experiência comprovada na realização de ensaios de cabeços de amarração e com metodologia consolidada no mercado.

Ainda deve-se observar que a licitante **classificada** deve apresentar, **no ato da convocação** (e sendo também critério de desclassificação), os referidos atestados.

Todos estes critérios são de natureza material e, portanto, suas alterações podem afetar a isonomia do edital. No caso, um detalhe de maior relevância merece guarida.

2.2. Da Juntada de Documentos Emitidos Após a Abertura do Certame

O Tribunal de Contas da União já proferiu entendimento quanto a possibilidade de juntada de documentos novos para fins de habilitação, através do Acórdão 1211/2021, porém não dá a mesma guarida para documentos emitidos **posteriormente a abertura dos certames. É preciso que o proponente tenha condições técnicas exigidas até a abertura das propostas; do contrário, sua proposta encontra-se viciada e, portanto, nula em sua forma e conteúdo.**

Note-se que o transcorrer do certame permitiu com que a Recorrida apresentasse documentação complementar, com o fito de demonstrar sua capacidade técnica e não documentos emitidos **após sua classificação**.

Sob este aspecto, ainda, o Edital não deixa dúvidas que se trata de um critério **desclassificatório**, assim dispondo:

Será desclassificado o Proponente, cujos documentos fornecidos:

[...]

- Não atendam ao prazo estipulado pela APPA, caso seja solicitado ensaios amostrais

No caso em tela o **Parecer_Avaliacao_Habilitacao_v02_REV01_ass (1)**", de lavra da própria Comissão, dá conta que **a licitante Bowline não apresentou, até a data da sessão de habilitação (05/03/2025), a documentação técnica exigida para fins de qualificação**, conforme previsto no instrumento convocatório.

Convocada a apresentar referida documentação, conforme prerrogativa concedida ao DD. Pregoeiro, a Recorrida fez a juntada de documentos **novos, emitidos após a abertura da rodada de lances**, constando as seguintes datas:

- Solicitação da ART: **14/03/2025**
- Baixa da ART e emissão da CAT: **17/03/2025**

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, através do Acórdão 1214/2013 – *é vedado à Administração admitir documento emitido **após** a data da sessão pública do recebimento das propostas ou dos documentos de habilitação, salvo previsão no edital.*

DD. Pregoeiro, a licitação ocorreu em **25/02/2025**, data anterior ao Certificado emitido. Admitida esta hipótese, esta DD. Comissão incorrerá em violação ao disposto no art. 30 da Lei 13.303/2016 e, de maneira subsidiária, ao disposto no art. 5º da Lei 14.133/2021.

Assim sendo, todos os atestados emitidos fora do prazo devem ser afastados e, portanto, desclassificada a proponente Recorrida.

2.3. Da Impropriedade Técnica das Certidões Extemporâneas Juntadas ao Processo

Admitida a hipótese de sua análise, existem inadequações substanciais ao descritivo **que não atendem o pressuposto do edital em aferir capacidade técnica da proponente.**

Não se tratam de erros formais, mas de identificação de quantitativos e qualificações inadequadas para se aferir, de fato, se a proponente detém *expertise* para a realização das atividades.

Nos documentos apresentados pela licitante, constam os seguintes registros:

- BTP – Teste de integridade em 06 cabeços de 150 toneladas
- Ultrafértil – Teste de integridade em 03 cabeços de 50 toneladas e 03 cabeços de 100 toneladas

Entretanto, a CAT referente à Ultrafértil foi emitida sem discriminação das capacidades dos cabeços testados, induzindo esta DD. Comissão a presumir incorretamente que se tratava de 06 cabeços de 100 toneladas, quando, na realidade, apenas 03 possuem essa capacidade, conforme comprova a respectiva ART.

Ainda, o atestado fornecido pela Ultrafértil omite a capacidade dos cabeços testados, mencionando apenas o número total, o que compromete a clareza e a exatidão do documento, contrariando a exigência de demonstração inequívoca da experiência da empresa com o tipo e porte de serviço contratado.

Desse modo, a exigência mínima de 10 (dez) cabeços de amarração com capacidade compatível não foi atendida, razão pela qual se impõe a inabilitação da empresa, por ausência de comprovação da experiência técnica exigida. Tal análise poderá ser feita individualmente ou pela somatória dos atestados, uma vez que o quantitativo não está adequado à soma pretendida por esta Administração.

A lei 14.133/2021 deixa claro a possibilidade de somatória quantitativa, dentro de limites e pressupostos corretamente atendidos pela APPA em seu edital. A exigência de quantitativos mínimos até o limite de 50% do total previsto no certame. Esta regra, consonante ao entendimento legal, foi violada pela Recorrida pois o patamar mínimo não foi assegurado de forma a garantir a demonstração quanto a sua capacidade técnica para serviço específico e relevante à segurança da operação portuária.

Admitir que um proponente venha a prestar seus serviços de forma insuficiente é colocar em risco a segurança e integridade das manobras de atracação e dos servidores portuários que operam no local.

2.4. Da Falha no Emprego do Método para Determinação do SWL (Safe Working Load)

Outro aspecto que compromete a validade da qualificação técnica da licitante diz respeito ao método empregado para determinação do SWL dos cabeços, ponto crítico do objeto contratual.

Todos os laudos apresentados mencionam a utilização de testes não destrutivos com base em:

- **Simulações matemáticas**
- **Similaridade com vigas sônicas de cabeços novos**

Contudo, tal procedimento não é apto a aferir com precisão o SWL real dos equipamentos.

Prova disso é a própria terminologia utilizada nos certificados da licitante, nos quais se lê: **“SWL recomendada (advised SWL)”**, em vez de **“SWL aferida”**, como seria exigível para garantia de segurança operacional e fidedignidade dos dados técnicos.

Assim, o método adotado pela Recorrida Bowline não pode ser aceito como critério válido para aferição da capacidade dos cabeços, uma vez que, a foi expressamente exigido pela própria Autoridade Portuária do Paraná (APPA) em resposta oficial ao questionamento técnico no dia 19/Fev/2026 - *“Logo, as Cargas Seguras de Trabalho (SWL) deverão ser definidas com base nos testes a serem executados in-loco.”* - pelo qual se vincula.

3. DO PEDIDO

Face ao exposto, requer a Copabo que:

- Dê-se conhecimento e provimento ao presente recurso, com a consequente desclassificação da proponente BOWLINE MARINE & CARGO CONSULTANTS LTDA., em razão do descumprimento das exigências estabelecidas no edital e nas disposições legais aplicáveis, em especial os arts. 5º, 14, 59 e 60 da Lei 14.133/2021 e art. 30 da Lei 13.303/2016.
- A reavaliação da proposta e documentação técnica da referida Recorrida, reconhecendo-se a inobservância dos critérios legais de habilitação;



- (iii) A imediata adoção de providências cabíveis para a condução do certame, observando os princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

Caso assim não entenda esta DD. Comissão, requer que submeta este recurso a autoridades superiores, sem prejuízo de um escrutínio dos tribunais de fiscalização.

Nestes termos,
Pede deferimento

De Santos para Paranaguá, 10 de abril de 2025.

COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA.

Marcelo Borin Guedes Palaia

